

Continuação



Joaquim Oliveira S/A Participações - COMPANHIA ABERTA  
 CNPJ: 87.456.562/0001-22 - NIRE: 433000098-82



**DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
<b>RECEITAS</b>				
Venda de produtos, mercadorias e serviços líquidas das devoluções	2.172.971	2.309.532	2.224.895	2.365.312
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(358)	(162)	(358)	(162)
Outras receitas operacionais	6.355	4.228	6.730	3.819
	2.178.968	2.313.598	2.231.267	2.368.969
Insumos adquiridos de terceiros:				
Matérias-primas consumidas	(1.451.685)	(1.486.801)	(1.452.495)	(1.487.745)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(387.300)	(477.200)	(410.856)	(501.293)
	(1.838.985)	(1.964.001)	(1.863.351)	(1.989.038)
Valor adicionado bruto	339.983	349.597	367.916	379.931
Depreciação e amortização	(14.418)	(15.670)	(14.900)	(16.015)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	325.565	333.927	353.016	363.916
Valor adicionado recebido em transferência: Resultado de equivalência patrimonial	8.106	8.418	-	-
Recitas financeiras	115.358	138.474	129.409	151.332
	123.464	146.892	129.409	151.332
Valor adicionado total a distribuir	449.029	480.819	482.425	515.248
Distribuição do valor adicionado total:				
Pessoal e encargos	111.274	114.023	124.305	128.487
Impostos e contribuições	99.178	97.535	113.159	110.192
Juros e aluguéis	234.904	242.706	235.155	243.293
Dividendos propostos	-	8.704	-	8.704
Reserva de Lucros	16.105	21.837	16.105	21.837
Participação dos acionistas não controladores	-	-	6.153	6.721
Outros	(12.432)	(3.986)	(12.432)	(3.986)
	449.029	480.819	482.425	515.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	16.105	30.541	22.258	37.262
Outros resultados abrangentes	4.450	-	4.450	-
Total do resultado abrangente do exercício	20.555	30.541	26.708	37.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL  
 A Companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos, cereais, sementes e fertilizantes, na importação e exportação, beneficiamento, distribuição e participação em outras sociedades. Complementam as atividades da controladora através de sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS S.A., a administração de imóveis e comércio imobiliário.  
 A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração, em 15 de março de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO  
 As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais do relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.  
 Nas informações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas:

- Real Empreendimentos S/A – (direta) vide nota 10.
- Josapar Internacional – (direta) vide nota 10.
- Copernico Participações S/A – (indireta)
- Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda. – (indireta)
- Real Rio Grande Empreendimentos Ltda. – (indireta)
- Shopping João Pessoa S/A – (indireta)
- Pelotense Administradora de Shopping Centers Ltda. – (indireta)

a) **Demonstrações financeiras consolidadas**  
 As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

b) **Moeda**  
 Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

c) **Utilização de estimativas**  
 A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas.  
 Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para perdas de crédito esperadas, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências.  
 A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

3. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES  
 A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.  
 As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 estão descritas a seguir:

- a) Alterações ao IAS 1, equivalente ao CPC 26 (R1) (Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 – 2020): Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)) – Apresentação das demonstrações financeiras para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante; e
- b) Alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros): Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS  
 a) **Auração do resultado**  
 As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência. As receitas de contratos com clientes provenientes da venda de produtos são reconhe-

cidas quando ocorre a transferência do controle sobre os produtos e serviços ao cliente bem como dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador e conforme a satisfação do cliente, em linha com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

b) **Caixa e equivalentes de caixa**  
 Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c) **Ativos e Passivos financeiros**  
 A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.  
 Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 6, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 73 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

d) **Estoques**  
 Os estoques da controladora são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão divulgados ao valor justo.

e) **Imobilizado e intangível**  
**Imobilizado:** reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).  
 O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta. A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº11, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.  
**Ativos intangíveis:** adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica. A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela resolução CVM 002/2020.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, conforme disposições contábeis vigentes.

f) **Investimentos**  
 Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação e do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controladora por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.  
 As propriedades para investimento estão representadas por imóveis pertencentes às controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício. A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas informações separadas (conforme deliberação CVM nº 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

g) **Demais passivos circulantes e não circulantes**  
 Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

h) **Imposto de Renda e Contribuição Social**  
 Na controladora estão calculados com base no lucro real e na controlada com base no lucro presumido, sendo o Imposto de Renda à alíquota de 15% e 10% de adicional e Contribuição Social de 9%.  
 O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos no ativo circulante para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

i) **Provisões para contingências**  
 A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

j) **Arrendamento**  
 A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data do seu início. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.  
 O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início. A Companhia mensurou seu passivo de arrendamento à melhor taxa estimada pela administração, taxa esta que reflete a taxa média incremental sobre seus empréstimos, na data da aplicação inicial.

5. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS  
 As operações da Companhia e suas controladas as expõem a alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico que segue políticas previamente estabelecidas no sentido de proteger sua integridade financeira e operacional.  
 Riscos cambiais decorrentes de operações de compra e venda no mercado externo estão completamente atrelados a prazos e volumes que se equivalem, o que forma uma proteção natural para eventuais variações futuras.  
 Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde se toma por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O prazo médio de recebimento no ano foi de 73 dias e a perda reconhecida foi de 0,03% sobre o faturamento no período.  
 Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à variação da taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes financeiros, formando um hedge natural composto por ativos financeiros indexados às mesmas taxas, estoques, clientes e outros recebíveis.  
 Em atendimento a resolução CVM 002/2020 a Companhia e sua controlada procederam a uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação a valores de mercado (Impairment).

O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras está descrito na nota explicativa nº 4 sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação.  
 O endividamento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). O quadro abaixo demonstra a exposição cam-

**Controladora e Consolidado**

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Ativos:</b>		
Matéria-Prima Fertilizantes	67.666	183.048
Contas a receber de clientes	30.748	27.651
	98.414	210.699
<b>Passivos:</b>		
Empréstimos e financiamentos	(44.710)	(168.384)
	(44.710)	(168.384)
Exposição passiva líquida	53.704	42.315

Em linha com a estratégia de hedge e proteção das margens operacionais frente às oscilações da taxa de câmbio a Companhia informa que realizou diversas operações de câmbio futuro, travando taxas de pedidos de venda em carteira com a aquisição das respectivas matérias-primas. Tais operações importam em 31.12.2023 R\$4.263 (USD 880) tendo sido utilizadas na sua totalidade.

**Instrumentos financeiros derivativos**  
 A Companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TLP) mais spread bancário. Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a Companhia contratou financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pela lei 11.371/2006. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacional remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a Companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.  
 O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.  
 Análises de sensibilidade da Companhia perante o risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

**Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2023 em R\$:**

	Risco:	CDI dez23: 11,75% a.a.	Cenários		
			Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato	11,75%	11,75%	14,69%	17,63%	
		CDI a.a.	CDI a.a.	CDI a.a.	

Data base	Valor	Spread	Index	Vencimento
31/12/2023	R\$ 153.858	diversos	CDI	diversos
	R\$ 191.200	R\$ 198.498	R\$ 205.894	
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato	R\$-	R\$ 7.298	R\$ 14.694	

O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a resolução CVM 002/2020.  
 Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Clientes mercado interno	381.082	428.236	399.810	458.134
Clientes mercado externo	30.748	27.651	30.748	27.651
Provisão para perdas de créditos esperadas	(1.553)	(1.195)	(9.326)	(8.968)
Total	410.277	454.692	421.232	476.817

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Produtos acabados e semielaborados	143.436	156.840	143.436	156.840
Mercadorias para revenda	6.837	8.586	6.837	8.586
Matérias - primas	135.418	218.834	135.418	218.834
Outros	23.188	26.283	23.188	26.283
Imóveis	-	-	57.168	31.200
Total	308.879	410.543	366.047	441.743

8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores de arroz	130.065	98.585
Fornecedores diversos	2.484	6.406
Total	132.549	104.991

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				
PIS e COFINS	54.010	47.527	54.010	47.527
IRPJ/CSLL	17.792	6.059	18.016	6.269
ICMS a recuperar	11.471	8.489	11.471	8.489
Outros créditos	-	3.574	-	3.574
Total	83.273	65.649	83.497	65.859
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
FINSOCIAL	1.575	1.575	1.575	1.575
PIS e COFINS	46.917	49.928	46.917	49.928
Outros créditos	735	974	735	974
Total	49.227	52.477	49.227	52.477

Os créditos de PIS e COFINS no ativo circulante são oriundos de compras no mercado interno, os quais estão sendo utilizados na compensação de outros tributos federais.  
 Os créditos de PIS e COFINS no ativo não circulante referem-se ao ganho com processo transitado em julgado para exclusão de ICMS da base de cálculo PIS e da COFINS, os quais estão sendo utilizados nas compensações de tributos federais.  
 Os demais créditos no ativo circulante e não circulante referem-se ao aproveitamento ICMS, PIS e COFINS nas aquisições do ativo imobilizado, e saldo de declaração e outros créditos usuais da operação.  
 A administração da Companhia vem compensando os créditos tributários, com os débitos das operações normais da Companhia.

10. INVESTIMENTOS

a) **Informações sobre controlada**

	Número de ações	Participação de capital social (%)	Patrimônio líquido	Capital social líquido	Lucro líquido	Equivalência Patrimonial
Real Empreendimentos S.A	190.152	59,7075	413.627	49.500	14.259	8.106
Josapar Internacional	50	100	298	242	-	-

b) **Composição dos investimentos**

	Controladora				Consolidado			
	Real Empreendi-mentos	Josapar Interna-cional	Outros	TOTAL	Propriedades para investimentos	Outros	TOTAL	
Em 31 de dezembro de 2022	232.795	321	490	233.606	321.476	1.493	322.969	
Reflexo ajustes em controladas	8.620	(23						